

# CERTIFICAÇÃO SOCIOPARTICIPATIVA NA AMAZÔNIA ACS AMAZÔNIA: UMA REALIDADE

**Murilo Fazolin**

Embrapa Acre, e-mail: murilo@cpafac.embrapa.br

A origem da certificação de um modo geral não teve uma relação direta com a exigência do mercado ou imposição governamental. A constatação inicial de sua necessidade data da primeira década do século 20 na França, quando pequenos produtores de vinho pretendiam diferenciar suas bebidas daquelas produzidas em maior escala por meio de processos industriais.

Assim, foram criados critérios que hoje são parte da certificação de produto conhecida como Marcas de Conformidade. Dentre elas citam-se: Denominação de Origem Controlada (DOC), Indicação Geográfica Protegida (IGP), Produto Orgânico, etc.

A certificação é o conjunto de procedimentos (observações, registros, análises e pareceres) desenvolvido a fim de garantir que certo produto, processo ou serviço possua algum diferencial caracterizado por normas ou padrões pré-estabelecidos.

A finalidade da certificação é atribuir um diferencial ao produto, processo ou serviço a fim de obter vantagens aos produtores tais como: agregar valor (“rótulo com algo mais”); permitir acesso a novos mercados diferenciados; diminuir a concorrência com produtos, processos ou serviços de menor qualidade e igual aparência; estimular a melhoria contínua da qualidade. Por outro lado, podem-se apontar como vantagens para os consumidores: a possibilidade de distinguir mais facilmente, pela marca, produtos de igual aparência e qualidades diferentes favorecendo a economia de tempo e esforço na escolha. Além disso, o produto certificado fornece segurança e garantia (compromisso público de qualidade), assegurando uma diversificação da oferta de produtos de qualidade comprovada.

A certificação socioparticipativa é um processo de construção e promoção coletiva do desenvolvimento local, por meio da geração de credibilidade pelo envolvimento de parceiros locais, em busca do fortalecimento da agricultura familiar da floresta, representada por agricultores, extrativistas, ribeirinhos e povos indígenas, quando na conservação e manutenção dos recursos naturais e melhoria de qualidade de vida.

O processo de certificação participativa apresenta, segundo Santos (2002), algumas características próprias que a diferencia da certificação por auditoria/inspeção, das quais podem ser apontadas: 1) documentação reduzida para implantação e manutenção do processo; 2) permite adequações ao processo; 3) é adequada à agricultura familiar; 4) valoriza os produtores na participação da inspeção; 5) apresenta baixos custos na obtenção e manutenção da certificação; 6) permite o exercício efetivo dos princípios de sustentabilidade e da ética; 7) apresenta uma descentralização no processo de certificação; 8) constrói uma relação estreita de confiança entre produtores consumidores; e 9) intensifica a promoção e adoção dos princípios agroecológicos.

A associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia ACS Amazônia - é uma instituição não-governamental, sem fins lucrativos, com a missão de desenvolver, nas comunidades da Amazônia, um processo de certificação participativa que garanta a

sustentabilidade dos processos e produtos produzidos por meio do agroextrativismo da região. A associação é constituída de um quadro funcional formado por sócios e parceiros locais e conta com a colaboração de entidades de assessoria e assistência técnica (ONGs e OGs), de agricultores, extrativistas, povos indígenas e consumidores, desde que organizados.

O objetivo da ACS é tornar acessível e real a obtenção da Certificação de Origem, Socioambiental e Orgânica pelas comunidades que vivem nas florestas promovendo sua conservação por meio da adoção de práticas sustentáveis de produção. Dentre os processos desenvolvidos no agroextrativismo da Amazônia podem ser destacados: processos de produção em sistemas agroflorestais, agricultura orgânica e interfaces, processos trabalhados em projetos de manejo florestal não-madeireiro (sementes, óleos, resinas, etc.), projetos de boas práticas de manejo florestal madeireiro, entre outros. Para isso, a ACS Amazônia possui como princípios básicos: 1) o agroextrativismo manejado por boas práticas, como base para o desenvolvimento sustentável; 2) a valorização da organização e do processo produtivo já desenvolvido nas comunidades tradicionais, apoiando e buscando-as para as discussões; 3) trabalhar segundo o Programa Participativo para a Certificação - PPC; 4) estabelecer parcerias para realizar certificação socioparticipativa em rede e alcance dos seus objetivos.

As etapas para a certificação socioparticipativa podem ser divididas em **oito momentos**:

- Oficina de sensibilização: quando a comunidade faz o primeiro contato com a certificadora, conhecendo um pouco do processo e da importância da certificação. Neste momento as famílias podem se manifestar sobre a conveniência de sua participação ou não no processo;
- Oficina para cadastro e diagnóstico das famílias que desejam participar do processo de certificação;
- Discussão dos parâmetros socioambientais básicos: quando a comunidade irá conhecer as normas que deverão ser seguidas durante o processo de certificação, incluindo-se o monitoramento e o papel desempenhado pela comissão de ética do grupo;
- Construção dos parâmetros socioambientais Específicos respeitando as peculiaridades da comunidade objetivando um acordo coletivo na formulação de normas específicas que deverão ser seguidas pelos membros durante o processo de certificação;
- Contrato comunitário: na assinatura do contrato comunitário as famílias tomam conhecimento dos direitos e deveres do grupo, e com a assinatura desse contrato a comunidade inicia a certificação;
- Monitoramento inicial: o Corpo de Verificação e Comissão de Ética dos Grupos realiza um levantamento inicial da comunidade em relação aos parâmetros socioambientais básicos. A partir daí é elaborado um relatório que é avaliado pela Câmara Técnica;
- A partir do laudo da Câmara Técnica, são apontados e recomendados os procedimentos a serem adotados com a finalidade de adequação e cumprimento dos parâmetros socioambientais;
- A comunidade recebe visitas periódicas do Corpo de Verificação e/ou Comissão de Ética para acompanhamento e desenvolvimento dos grupos, tendo como base o Programa Participativo para a Certificação (PPC).

O PPC é um programa de monitoramento e avaliação que conta com o envolvimento de comunitários e do Corpo de Verificação da ACS. Nesse programa as comunidades são avaliadas/observadas/monitoradas e envolvidas em dois níveis de organização:

- **Familiar:** necessidades essenciais e básicas das famílias como segurança alimentar, alfabetização, higiene, saúde e bem-estar familiar;
- **Grupal:** capacitação de grupos para a produção propriamente dita, relacionamento e envolvimento das famílias, execução de projetos de boas práticas de manejo, etc.

Atualmente a ACS congrega aproximadamente 100 famílias nos Estados do Acre (Pólos Agroflorestais Wilson Pinheiro e Benfica, Projetos de Colonização Moreno Maia e Humaitá), Rondônia (Projeto Reça) e Amazonas (Comunidade Apurinã), 15 organizações não-governamentais e órgãos de governo, apresenta 9 famílias com processo de certificação concluído, 26 em fase final e as demais em processo de certificação.

Os parceiros envolvidos no processo de certificação da ACS Amazônia são: Embrapa Acre, Grupo Pesacre, CPT, Reça, Fetacre, gabinete do senador Sibá Machado, Sefprof, Seater, Secretaria Federal da Agricultura do Acre, Ufac/Parque Zoobotânico/Arboreto, Secretaria de Planejamento, Ibama, Sebrae, Escola da Floresta, Agência de Negócios do Acre e Prefeitura de Rio Branco. Os recursos são financiados pelo MDA, Funbio e Sebrae.

## REFERÊNCIAS

SANTOS, L.C.R. **A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela rede Ecovida de Agroecologia, limites e desafios.** 2002. 28 p. Monografia (Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.